



UM ÂNGULO PORTUGUÊS NA FUTURA ORDEM MUNDIAL SOB O REALISMO ESTRUTURAL

25 junho 2026

O artigo analisa o enquadramento geopolítico da perspectiva do realismo estrutural, abordando a forma como Portugal, enquanto pequena potência, pode procurar um papel construtivo e singular na ordem mundial, através de uma abordagem calculada que maximize a segurança relativa e preserve o valor estratégico do país no sistema internacional.

A relação transatlântica atravessa um dos períodos mais delicados das últimas décadas, em que, o que era antes uma aliança baseada em valores partilhados e interesses estratégicos convergentes e profundos, corre agora o risco de se transformar numa parceria cada vez mais transacional e condicional, perante “um crescendo de crises resultantes da mudança na distribuição de poder internacional e regional que têm levado a uma erosão lenta da comunidade transatlântica, com implicações sérias na transformação do contexto de segurança” (Daehnhardt & Gaspar, 2020, p. 75) para o sistema internacional.

Desde as tensões comerciais com os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC), as divergências sobre o apoio ocidental à Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente, a questão da Gronelândia e a pressão americana para uma maior autonomia estratégica europeia em matéria de defesa criaram uma atmosfera de desconfiança e incerteza na arena da política internacional. Este cenário de potencial rutura não é apenas um problema europeu ou dos EUA, mas sim uma ameaça à estabilidade do que resta da ordem internacional liberal, sustentada pela hegemonia dos EUA.

Num mundo marcado pela assertividade chinesa, pelo revisionismo russo e por múltiplos conflitos regionais, o enfraquecimento do eixo euro-atlântico beneficia precisamente as potências revisionistas que contestam o multilateralismo e o Direito Internacional do pós-Guerra Fria.

Do ponto de vista do realismo estrutural, este quadro é uma consequência lógica da estrutura do sistema internacional. Num sistema internacional de cariz anárquico, onde não existe autoridade superior que regule as relações entre os

Estados (Morgenthau, 1949), estes são obrigados a priorizar a sobrevivência e a maximização da sua segurança através do poder relativo (Waltz, 2012). O fim do momento unipolar dos EUA e o advento de um sistema internacional de cariz multipolar, caracterizado pela ascensão da RPC, pelo revisionismo russo e pela proliferação de capacidades regionais, no que Oliver Stuenkel (2018) caracteriza como “a ascensão do resto”, estas dinâmicas acabam por gerar, inevitavelmente, o agravamento da pressão sistémica para forçar o ajustamento das alianças na arena da política internacional.

... o Estado português pode desempenhar um papel construtivo e singular neste enquadramento geopolítico perante o declínio relativo do eixo euro-atlântico que reflete a lógica eterna da *power politics*, ...

Portugal, enquanto pequena potência, deve formular a sua política externa com base nesta compreensão estrutural, procurando maximizar a sua segurança e influência na arena da política internacional (Pontes, 2016).

É nesta interação que se define a margem de ação de Portugal, em que o Estado português pode desempenhar um papel construtivo e singular neste enquadramento geopolítico perante o declínio relativo do eixo euro-atlântico que reflete a lógica eterna da *power politics*, uma vez que as alianças entre os Estados soberanos não se baseiam em valores eternos, mas em interesses nacionais convergentes (Moreira de Sá, 2016; Gaspar, 2020; Pires de Lima, 2016).

A tripla inserção institucional como estratégia de sobrevivência e manutenção de *status quo*

Portugal é Estado-Membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), Estado-Membro da União Europeia e um Estado-Membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo que esta tripla inserção institucional confere à política externa portuguesa uma rara capacidade de atuar como ponte entre as três vertentes. Esta capacidade portuguesa é consequência do facto de Portugal ter vivido “sempre, um equilíbrio instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima”, de acordo com Nuno Severiano Teixeira (2010, p. 51). Ao contrário de outros Estados europeus que, por vezes, oscilam entre o euroceticismo e o anti-atlantismo, a política externa portuguesa tem conseguido manter uma linha de continuidade do seu pensamento estratégico, agora assente na defesa intransigente da Aliança Atlântica, na manutenção do compromisso europeu e no diálogo com o Sul Global. Esta tripla inserção institucional representa, em termos neorrealistas, uma estratégia racional de diversificação de laços que amplifica o poder relativo de uma potência de reduzidas dimensões. Ao manter simultaneamente laços fortes com o polo de poder dominante do espaço euro-atlântico, os EUA, por intermédio da Aliança Atlântica, com o centro europeu de poder e com o Sul Global, Portugal reduz a sua vulnerabilidade e aumenta as opções de alinhamento conforme a distribuição de poder evolui na arena da política internacional.

Aliás, a coerência da política externa portuguesa assente na defesa da Aliança Atlântica, no compromisso europeu e no diálogo com países lusófonos, não é um mero traço cultural abstrato, mas sim uma resposta adaptativa à anarquia do sistema internacional, porque permi-

te ao Estado português posicionar-se como uma ponte numa rede de relações entre Estados, o que contribui para aumentar o seu valor estratégico para as principais grandes potências que dominam a agenda do sistema internacional. Assim, esta coerência não constitui um dado teórico vago, mas um recurso de capacidade estatal que facilita a conversão de posição geográfica e ativos históricos em influência efetiva.

Do prisma do realismo estrutural, esta tripla inserção institucional constitui uma estratégia altamente racional de diversificação de laços, que amplifica significativamente o poder relativo de um Estado de dimensões modestas. A integração portuguesa na NATO assegura ao Estado português o “guarda-chuva” de segurança proporcionado pela superpotência hegemónica dominante do espaço euro-atlântico, os EUA, o que por sua vez garante dissuasão contra ameaças existenciais e acesso a capacidades militares que Portugal não poderia sustentar. Já a pertença portuguesa à União Europeia oferece um mercado integrado, influência normativa e recursos económicos que reforçam a resiliência interna do Estado. Por sua vez, o relacionamento multilateral na CPLP, em especial o Brasil, e as relações privilegiadas com o Sul Global, nomeadamente os Estados que fazem parte do continente africano proporcionam acesso a recursos, mercados emergentes e legitimidade diplomática num mundo onde o Sul ganha peso crescente na distribuição de poder.

Dito isto, esta configuração de tripla inserção institucional acaba por funcionar como uma forma sofisticada de *balancing* (equilíbrio e ponderação), uma vez que Portugal evita o *bandwagoning* excessivo com qualquer grande potência ou bloco, o que permite a diversificação dos riscos e a maximização das opções de alinhamento conforme a evolução da estrutura do sistema internacional.

Ao posicionar-se como uma ponte numa rede complexa de relações estatais, o Estado português aumenta o seu valor estratégico para os principais intervenientes do sistema internacional. Por isso, os EUA veem em Portugal um aliado fiável no flanco sul da NATO e um interlocutor credível junto dos Estados que compõem o Sul Global, assim como os parceiros europeus reconhecem a capacidade portuguesa de moderar debates

e discussões, e os Estados-Membros da CPLP consideram Portugal uma porta de entrada para a Europa e para as principais organizações internacionais ocidentais.

A pressão sistémica atual, emanada da crescente assertividade naval chinesa no Atlântico e no Indo-Pacífico, da guerra de agressão russa na Ucrânia e da instabilidade crónica no flanco sul, exige um reforço urgente da coesão euro-atlântica.

Perante um futuro cenário de maior polarização sistémica, esta flexibilidade controlada permite a Portugal ajustar o seu posicionamento sem ruturas dramáticas, de forma a preservar o interesse nacional definido em termos de segurança e prosperidade relativa, uma vez que a estratégia portuguesa acaba por reduzir o risco de abandono ou de entrincheiramento, dois perigos clássicos identificados pelo realismo estrutural em períodos de transição de poder na estrutura do sistema internacional.

A resposta estrutural na NATO e na União Europeia

A pressão sistémica atual, emanada da crescente assertividade naval chinesa no Atlântico e no Indo-Pacífico, da guerra de agressão russa na Ucrânia e da instabilidade crónica no flanco sul, exige um reforço urgente da coesão euro-atlântica.

Perante a anarquia do sistema internacional, a fragmentação do bloco ocidental seria interpretada pelos rivais como uma janela de oportunidade para alterar a distribuição de poder em seu favor na estrutura do sistema internacional. Portugal, consciente desta lógica estrutural, deve posicionar-se como defensor ativo de uma Aliança Atlântica reforçada, de forma a evitar que o *decoupling* entre União Europeia e EUA se torne irreversível, uma vez que os “viu os acontecimentos atuais darem-lhe razão”, tal como foi sublinhado por Marcos (2022).

Nesse âmbito, no quadro da NATO, Portugal deve defender não apenas o cumprimento do objetivo dos 2% do PIB em despesas de defesa, como também deve planear concretamente a operacionalização desse objetivo. Além disso, Portugal deve apoiar um aumento progressivo e sustentado das despesas em Defesa Nacional, acompanhado de um reforço qualitativo das capacidades europeias.

Porém, este esforço não deve ser enquadrado como um passo para a autonomia total europeia, mas sim como um contributo europeu para o equilíbrio coletivo da Aliança numa lógica de *burden-sharing* (partilha de encargos e responsabilidades).

A localização geoestratégica excecional de Portugal, com o arquipélago dos Açores a funcionar como plataforma avançada de vigilância, projeção de força e controlo de rotas marítimas no Atlântico, confere ao Estado português um peso relativo desproporcional à sua dimensão. Este ativo permite ao país argumentar com autoridade que a segurança europeia, particularmente no flanco sul e na proteção das linhas de comunicação marítimas, continua a depender criticamente da presença e do compromisso operacional dos EUA. A experiência naval portuguesa, aliada ao historial de participação em missões de estabilização e patrulha marítima, reforça esta credibilidade e transforma a geografia num instrumento concreto de influência dentro da Aliança Atlântica. Na União Europeia, a diplomacia portuguesa pode exercer uma função moderadora vital face às tendências que promovem uma autonomia estratégica europeia excessiva ou dissociada da NATO.

Do ponto de vista do realismo estrutural, quaisquer as iniciativas que conduzam a duplicações dispendiosas de capacidades, tais como a criação de comandos paralelos ou o desenvolvimento de indústrias de defesa fragmentadas, irão contribuir para o enfraquecimento do poder relativo agregado do Ocidente, o que levaria a um aumento dos custos de transação e à redução da eficiência dissuasora da Aliança Atlântica no sistema internacional. Portugal, com a sua economia aberta, dependência atlântica e limitações orçamentais, tem um interesse direto em evitar tais ineficiências.



Em vez de concorrência direta, a diplomacia portuguesa deve promover a complementaridade, assente no reforço da interoperabilidade transatlântica em domínios críticos como a ciberdefesa, a segurança das infraestruturas submarinas, a indústria de defesa integrada, com a partilha de tecnologias e cadeias de suprimento, resiliência energética e inteligência artificial aplicada à segurança. Ao atuar como ponte, Portugal contribui para que a Europa aumente a sua capacidade de *burden-sharing* sem gerar desconfiança em Washington, enquanto preserva, assim, a credibilidade dissuasora coletiva face à China e à Rússia.

O biénio no Conselho de Segurança da ONU (2027-2028)

A eleição de Portugal para um lugar não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio 2027-2028 representa uma oportunidade estratégica rara para uma pequena potência.

No quadro do realismo estrutural, as organizações internacionais como as Nações Unidas não eliminam a anarquia do sistema internacional, mas refletem a distribuição de poder existente e podem ser utilizadas para reduzir a incerteza e gerir conflitos de forma controlada (Reis, 2011). Portugal deve aproveitar esta posição, não para defender um multilateralismo idealista ou universalista, mas como instrumento para reforçar a coesão euro-atlântica e preservar o seu próprio poder relativo no sistema internacional.

Na esteira desse pensamento, o Estado português pode defender, com credibilidade, que a manutenção de uma relação transatlântica forte e funcional constitui um bem público internacional essencial para a estabilidade do sistema interna-

cional. Num contexto de polarização crescente, a fragmentação do Ocidente aumentaria a imprevisibilidade e criaria espaços que potências revisionistas rapidamente podem preencher.

A diplomacia portuguesa pode ainda facilitar formatos de diálogo informais que reúnam EUA, parceiros europeus chave e outros intervenientes do Sul Global. Esta abordagem vai permitir a Portugal que atuar como facilitador credível, o que contribuirá para reforçar a sua imagem como ponte construtiva...

Por isso, Portugal deve promover iniciativas que sublinhem a necessidade de coordenação euro-atlântica em dossiers prioritários tais como o apoio sustentado à Ucrânia face à agressão russa; a estabilização da região do Sahel, onde a influência russa se tem expandido; a segurança marítima, onde podemos incluir a proteção das rotas atlânticas e a contração da pirataria e do tráfico; a governação da Inteligência Artificial e das tecnologias emergentes; e as implicações das alterações climáticas para a segurança internacional. Do ponto de vista estrutural, a visibilidade obtida no Conselho de Segurança reforça o valor estratégico de Portugal junto dos principais aliados, o que pode traduzir-se num

maior apoio noutras matérias, nomeadamente na NATO e nas negociações económicas multilaterais.

Além disso, a diplomacia portuguesa pode ainda facilitar formatos de diálogo informais que reúnam EUA, parceiros europeus chave e outros intervenientes do Sul Global. Esta abordagem vai permitir a Portugal que atuar como facilitador credível, o que contribuirá para reforçar a sua imagem como ponte construtiva sem se posicionar como equidistante, sendo coerente, naquilo que sublinhou Francisco Pinto Balsemão (2013, p. 24), quando afirmou que a política externa portuguesa “deve assentar em princípios que têm de ser aplicados coerentemente e estes mesmo quando se correm riscos de prejudicar resultados imediatos” - uma vez que Portugal tem credibilidade, sendo pequena potência, e responsabilidade história neste momento de transformação da configuração do sistema internacional em particular.

Os parâmetros da diplomacia portuguesa neste contexto

A estratégia portuguesa deve ser guiada de forma rigorosa pela lógica sistémica da anarquia internacional e da distribuição de poder existente no sistema internacional. Em vez de respostas reativas ou idealistas, o Estado português pode adotar uma abordagem calculada que maximize a segurança relativa e preserve o valor estratégico do país no sistema internacional. Os parâmetros centrais a ter em consideração são os seguintes:

- Reforçar o diálogo político e militar entre a União Europeia e os EUA como elemento essencial para preservar o equilíbrio de poder face às potências rivais revisionistas. Num sistema internacional multipolar emergente, a fragmentação transatlântica seria um convite à China e à Rússia para explorarem divisões. Portugal deve promover mecanismos regulares de consulta, quer bilaterais, quer no quadro da NATO, exercícios conjuntos e partilha de *intelligence*, o que contribuirá para a transformação da tensão atual numa oportunidade de reforço institucional.
- Evitar escaladas retóricas e posicionamentos divisionistas que acelerem o *decoupling* e aumentem a insegurança coletiva. O realismo estrutural alerta que a retórica inflamada altera perce-

FIGURA 1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DAS QUAIS PORTUGAL FAZ PARTE E MARCOS RELEVANTES DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Organização Internacional	Fundação	Entrada de Portugal	Marcos relevantes da política externa portuguesa
Organização das Nações Unidas	1945	1955	CSNU: 1961-62, 1979-80, 1997-98, 2011-12 e 2027-28
Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)	1949	1949 como Estado-Membro fundador	Papel estratégico dos Açores (1949-presente); Kosovo (1999); Afeganistão (2002-2021)
União Europeia (então CEE)	1957	1986	Presidências do Conselho: 1992, 2000, 2007 e 2021
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1996	1996 como Estado-Membro fundador	Presidência portuguesa 2008-2010; projeção da diplomacia lusófona

ções de intenções e reduz a margem de manobra. A diplomacia portuguesa, discreta por tradição, pode atuar como voz de moderação, ao contribuir para desinflacionar as narrativas polarizadoras, tanto em Bruxelas como em Washington.

- Promover projetos conjuntos concretos e mutuamente vantajosos nas áreas de segurança marítima, com especial ênfase no Atlântico, a estabilização em África, as rotas alternativas de energia, a ciberdefesa e a resiliência tecnológica. Estes projetos geram ganhos relativos de segurança, fortalecem interdependências positivas e aumentam o custo de uma eventual rutura para todas as partes envolvidas. A participação ativa nestas iniciativas permite a Portugal converter ativos como os Açores, a experiência naval portuguesa e a rede lusófona em influência concreta.
- Defender, consistentemente, que uma Europa mais forte e coesa constitui uma aliada mais valiosa para os EUA, e não uma concorrente. Esta narrativa alinha os interesses europeus com a lógica americana de *burden-sharing* e contrabalançamento da RPC, e evita antagonizar Pequim. Ao posicionar o reforço europeu como contributo para o poder relativo ocidental, Portugal ajuda a neutralizar perceções de ameaça em Washington e reforça a estabilidade da aliança no longo prazo. Estes parâmetros não são recomendações genéricas, podendo ser considerados imperativos derivados imposição direta da anarquia do sistema internacional.

Conclusão

Na esteira da lógica do realismo estrutural, numa ordem internacional de cariz anárquica que está em mutação, as pequenas potências não são meros espectadores passivos do jogo das grandes potências. A sua sobrevivência na arena da política internacional depende da sua capacidade de compreender as restrições sistémicas e de atuar racionalmente para maximizar a sua segurança relativa. É precisamente neste contexto que a ponte portuguesa no espaço euro-atlântico pode deixar de ser uma opção diplomática entre várias, e transforma-se num imperativo estratégico estrutural.

A tradição diplomática portuguesa, orientada para a construção de consensos, representa uma resposta altamente adaptativa à pressão sistémica imposta pela anarquia internacional. Ao manter simultaneamente fortes laços com a NATO, a União Europeia e a CPLP, Portugal não só diversifica riscos como aumenta o seu valor estratégico para os principais atores do sistema internacional.

Num cenário de crescente polarização entre grandes potências, esta posição de facilitador pode permitir ao Estado português reduzir as suas vulnerabilidades e preservar margens de manobra que muitos outros Estados de dimensão semelhante já perderam. Nesse sentido, contribuir ativamente para a coesão do Ocidente não resulta de um sentimento de lealdade automática, mas sim de um cálculo de interesses, tendo a noção de que a fragmentação do eixo euro-atlântico enfraqueceria dramaticamente o poder relativo de Portugal, aumentaria os riscos de segurança no flanco sul e no Atlântico, o que por si só contribuiria para limitar o acesso português a recursos e mercados essenciais para o seu desenvolvimento. Pelo contrário, uma Aliança Atlântica reforçada e uma União Europeia mais capaz, mas complementar aos EUA, podem contribuir para gerar um ambiente sistémico mais previsível e favorável ao interesse nacional.

Numa era de incerteza geopolítica, a ponte portuguesa no espaço euro-atlântico não é um luxo nostálgico do passado histórico português, mas um imperativo estratégico. Portugal, pela sua geografia, pela sua história e pelas suas opções estratégicas consistentes, tem aqui a oportunidade e a responsabilidade de ajudar a reparar e a reforçar a ponte dentro do Ocidente, no que podemos considerar uma resposta adaptativa perante a anarquia do sistema internacional, em que a diplomacia portuguesa, discreta mas determinada, pode mais uma vez evidenciar que a coerência e a capacidade de diálogo são ferramentas poderosas num mundo cada vez mais volátil e fragmentado. O futuro da ordem mundial não será decidido apenas em Washington, Bruxelas, Berlim, Moscovo ou Pequim. Será, também, condicionado pela capacidade de aliados como Portugal de manterem os canais de diálogo abertos, os princípios intactos e os interesses comuns visíveis. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.OM.4>

Referências

- Balsemão, F. P. (2013). *O Primeiro-Ministro e a sua política externa*. Discurso, 24.01.2026. https://idi.mne.gov.pt/images/docs/conferencias/ccpe_fpb.pdf
- Daehnhardt, P., & Gaspar, C. (2020). Portugal e a revisão do Conceito Estratégico da NATO. *Relações Internacionais* (67), pp. 77-92. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri67/RI_67_art06_PDCG.pdf
- Gaspar, C. (2020). *O Mundo de Amanhã: Geopolítica contemporânea*. Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Marcos, D. (2022). A guerra na Ucrânia e o futuro da NATO. *Público*, 15.03.2022. <https://www.publico.pt/2022/03/15/mundo/analise/guerra-ucrania-futuro-nato-1998742>
- Moreira de Sá, T. (2016). *Política Externa Portuguesa*. Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Morgenthau, H. J. (1949). *Politics among nations: The struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf.
- Pires de Lima, B. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Pontes, J. N. M. O. (2016). *Política externa portuguesa: bilateralismo e multilateralismo*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Lusíada, Lisboa. <http://repositorio.ulsiada.pt/bitstream/11067/2882/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>
- Reis, B. C. (2011). Teoria estrutural da política internacional: Entrevista com Kenneth Waltz. *Relações Internacionais*, (29), pp. 129-141. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri29/n29a10.pdf
- Severiano Teixeira, N. (2010). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, (28), pp. 51-60. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf
- Stuenkel, O. (2018). *O Mundo Pós-Occidental. Potências Emergentes e a Nova Ordem Global*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Waltz, K. N. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva.